

**Legislação relevante no domínio da prevenção e combate à corrupção,  
branqueamento de capitais e crime organizado**

**Moçambique**

**Constituição da República de Moçambique (2004)**

**Código Penal, aprovado pela Lei 35/2014, de 31 de dezembro<sup>1</sup>**

Alterações:

Lei 5/2018, de 2 de agosto (Regime Jurídico de Prevenção, Repressão e Combate ao Terrorismo que derroga o CP no que respeita ao crime de terrorismo);

**Código de Processo Penal, aprovado pelo Decreto 16489, de 15 de fevereiro de 1929<sup>2</sup>**

Alterações:

- Lei 2/93, de 24 de junho;
- Decreto-Lei 398/74, de 28 de setembro;
- Decreto-Lei 185/72, de 18 de junho;
- Lei 2138, de 17 de maio de 1969;
- Lei 2139, de 17 de maio de 1969;
- Decreto-Lei 44202, de 19 de maio de 1962;
- Decreto-Lei 43460, de 31 de dezembro de 1960;
- Decreto-Lei 42756, de 23 de dezembro de 1959;
- Decreto-Lei 41075, de 29 de junho de 1957;
- Decreto-Lei 40033, de 5 de março de 1955;
- Portaria 15237, de 5 de março de 1955;
- Decreto-Lei 39157, de 1 de agosto de 1953;
- Decreto-Lei 36387, de 6 de setembro de 1952;
- Portaria 14062, de 6 de setembro de 1952;
- Decreto-Lei 34564, de 18 de agosto de 1945;
- Decreto-Lei 22627, de 22 de maio de 1940;
- Decreto-Lei 29636, de 27 de maio de 1939;

---

<sup>1</sup> Foi aprovado um novo Código Penal pela Lei 24/2019, de 24 de dezembro. Este Código entra em vigor a 21 de junho de 2020 e revogou o anterior Código Penal, aprovado pela Lei 35/2014, de 31 de dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5/2018, de 2 de agosto.

<sup>2</sup> Foi aprovado um novo Código de Processo Penal pela Lei 25/2019, de 26 de dezembro. Este Código revogou o anterior Código de Processo Penal, aprovado pelo Decreto 16489, de 15 de fevereiro de 1929, objeto de sucessivas alterações.

- Decreto 20147, de 2 de abril de 1932;
- Decreto 19341, de 25 de junho de 1931;
- Decreto 19639, de 25 de junho de 1931.

#### **Legislação penal avulsa:**

- Regime Jurídico de Prevenção, Repressão e Combate ao Terrorismo – Lei 5/2018, de 2 de agosto;
- Diretrizes sobre Prevenção e Repressão do Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo – Aviso 4/GBM/2015, de 17 de junho;
- Lei de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo – Lei 14/2013, de 12 de agosto;
- Lei de Prevenção e Combate ao Tráfico de Pessoas – Lei 6/2008, de 9 de julho (alterada pela Lei 35/2014 - Código Penal);
- Combate aos crimes de corrupção e participação económica ilícita – Lei 6/2004, de 17 de junho (alterada pela Lei 35/2014 - Código Penal);
- Política e Estratégia de Prevenção e Combate à Droga – Resolução 15/2003, de 14 de maio;
- Lei dos Crimes contra a Segurança do Estado - Lei 19/91, de 16 de agosto (alterada pela Lei 35/2014 - Código Penal);
- Lei sobre Tráfico e Consumo de Estupefacientes - Lei 3/97, de 13 de março;
- Lei dos Crimes Militares – Lei 17/87, de 21 de dezembro (alterada pela Lei 35/2014 - Código Penal e pela Lei 4/89, de 18 de setembro);
- Lei dos Crimes Anti-Económicos – Lei 9/87, de 19 de setembro (alterada pela Lei 35/2014 - Código Penal);
- Lei de Defesa da Economia – Lei 5/82, de 9 de junho (alterada pela Lei 35/2014 – Código Penal – e pela Lei 9/87, de 19 de setembro – Lei dos Crimes Anti-Económicos).

#### **Legislação processual avulsa:**

- Lei 2/93, de 24 de junho (Determina que as funções jurisdicionais que devam ter lugar no decurso da instrução preparatória dos processos-crime passarão a ser exercidas por magistrados judiciais, designados por juízes de instrução criminal);
- Regulamento da Lei de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo – Decreto 66/2014, de 29 de outubro;
- Regulamento de prevenção da utilização do sistema financeiro - Decreto 37/2004, de 8 de setembro (alterado por Decreto 1/2006, de 28 de fevereiro).

#### **Autoridade Tributária de Moçambique:**

- Regulamento Interno da Inspeção-Geral de Finanças - Diploma Ministerial 5/2016, de 15 de janeiro;
- Estatuto Orgânico da Inspeção-Geral de Finanças - Resolução 3/2015, de 26 de junho;

- Decreto 60/2013, de 29 de novembro, que cria a Inspeção-Geral das Finanças;
- Lei Geral Tributária - Lei 2/2006, de 22 de março (alterada pela Lei 35/2014 - Código Penal);
- Lei 1/2006, de 22 de março, que cria a Autoridade Tributária de Moçambique (alterada pela Lei 19/2009, de 10 de setembro e pela Lei 28/12/2017);
- Lei de Bases do Sistema Tributário - 15/2002, de 26 de junho).

#### **Administração Pública:**

- Regime da Organização, Funcionamento e Processo da Secção de Fiscalização das Receitas e das Despesas Públicas - Lei 14/2014, de 14 de agosto;
- Lei de Probidade Pública - Lei 16/2012, de 14 de agosto.

#### **GIFIM:**

- Lei 2/2018, de 19 de junho (Regulação do Gabinete de Informação Financeira de Moçambique, fixando-se as suas atribuições, competências e funcionamento, e revogação da Lei 14/2007, de 27 de junho, que o criou).

#### **Banco de Moçambique:**

- Lei Orgânica do Banco de Moçambique – Lei 1/92, de 3 de janeiro.

#### **Gabinete Central de Combate à Droga:**

- Estatuto Orgânico do Gabinete Central de Prevenção e Combate à Droga (GCPCD) - Decreto 41/97, de 18 de novembro.

#### **Polícias**

- Estatuto do Pessoal do Serviço Nacional de Investigação Criminal - Decreto 22/2018, de 2 de maio;
- Estatuto Orgânico do Serviço Nacional de Investigação Criminal - Decreto 46/2017, de 17 de setembro;
- Serviço Nacional de Investigação Criminal - Lei 2/2017, de 9 de janeiro;
- Lei da Polícia da República de Moçambique - Lei 16/2013, de 12 de agosto;
- Estatuto do Polícia – Decreto 28/99, de 24 de maio.

#### **Ministério Público**

- Código de Ética e Deontologia Profissional dos Magistrados do Ministério Público - Despacho 10/GAB-PGR/2017, de 14 de dezembro;
- Lei Orgânica do Ministério Público e que aprova o Estatuto dos Magistrados do Ministério Público - Lei 4/2017, de 18 de janeiro;

- Regulamento do Funcionamento do CSMMP - Resolução 2/CSMMP/P/2017, de 18 de agosto;
- Regulamento dos Gabinetes Provinciais de Combate à Corrupção - Despacho 18/09/2015, de 8 de setembro.